

CMP2.1.4.238

ESPECIAL

PRESTE ATENÇÃO EM CAMPINAS

A Conferência sobre História e Ciências Sociais, promovida pela Universidade de Campinas, e suas relações com a política nacional

"Estudantes e intelectuais dificilmente se envolvem em política ou produzem quadros capazes de politizar a população" (Juan Lins, sobre os regimes autoritários)

A imaginação política brasileira viaja por Brasília de preferência em Galaxie e Dart pretos de chapa branca. Correndo entre palácios a bordo desses automóveis, ela não teve a calma, privilégio dos pedestres, para dedicar atenção aos passageiros de um ônibus resfolegante da Viação Bonavita que, quatro vezes por dia na semana passada, cobria com atrasos variados o percurso entre o auditório da Secretaria da Agricultura, em Campinas, e o Hotel Vila Rica, na entrada da cidade. A imaginação política brasileira não sabe o que perdeu.

A Universidade Estadual de Campinas gastou, com ajuda da Ford Foundation e da Fundação de Assistência à Pesquisa do Estado de São Paulo, cerca de 25 000 dólares, um ano em trabalhos de organização, quinze telefonemas internacionais e trinta trocas de correspondência, para reunir a 100 quilômetros da capital de São Paulo, nos cinco dias que durou a Conferência sobre História e Ciências Sociais, o precioso carregamento de especiarias culturais do velho ônibus. O resultado, segundo uma nota da própria Universidade, foi "uma conferência de alto nível, reunindo um número limitado de estudiosos, inclusive alguns nomes de reputação internacional, que estão ligados à aplicação dos métodos das ciências sociais à pesquisa histórica e às tentativas de levar o conhecimento histórico ao tratamento de temas nas ciências sociais". Em outras palavras: uma importação por prazo limitado de professores afastados entre si por especialidades, enfoques e até idiossincrasias políticas, mas ligados por



O ônibus da Viação Bonavita com seu carregamento de especiarias culturais

uma especialização comum — ensinar as pessoas a pensar de maneira nova. E isso, no Brasil, não é certamente um produto supérfluo.

Num circo — Vieram estrelas de primeira grandeza. A maior delas, pelo menos na admiração reverente do auditório, o historiador Eric Hobsbawn. De origem israelita, nascido em Alexandria, filho de ingleses, formou-se em Cambridge numa linha marxista e, em função de sua própria militância nas trade unions da Inglaterra, iniciou suas pesquisas com a história dos movimentos operários britânicos. A II Guerra Mundial o alistou no Exército de Sua Majestade e a paz, no estudo do banditismo. Desse interesse, nasceu um clássico, "Rebeldes Primitivos", lançado em 1959

e que chegou ao Brasil, editado pela Zahar, com um atraso de onze anos. Da Máfia e Salvatore Giuliano, foco de suas primeiras pesquisas na Sicília, Hobsbawn enveredou pelos primitivos rebeldes latino-americanos e chegou até a Lampeão, produzindo "Bandits", finalmente publicado em português pela Livraria Forense-Universitária na semana passada. Mas não há edição, a não ser argentina, do que ele mesmo considera seu trabalho mais importante, "The Age of Revolution", em torno das primeiras organizações trabalhadoras revolucionárias da era industrial. Com essa última semana passada no Brasil, sua experiência direta da realidade nacional mal soma dez dias. Mas Hobsbawn é, entre outras coisas, um velho leitor de Euclides da Cunha. Aos 58 anos, professor

O maior projeto da SERETE.



**Estar presente
nos mais importantes projetos
do Brasil.**

Primeiro o projeto; depois a empresa. É uma exigência da economia moderna. Valendo mais ainda - a premissa - para os países em desenvolvimento. Nas obras públicas ou na iniciativa privada, na infra-estrutura ou empreendimentos regionais e setoriais. Na macro ou micro-localização. Nada se faz sem projeto, planejamento e coordenação. SERETE - ela própria - é fruto de um ambicioso projeto: estruturar-se para estar presente nos mais importantes projetos do Brasil.

Tudo foi cuidadosamente planejado. E vem sendo satisfatoriamente cumprido. Durante 15 anos, SERETE com uma equipe de 500 funcionários - dos quais mais de um terço de nível universitário - especializados em planejamento, detalhamento, suprimento, administração e fiscalização de projetos, executou mais de 700 trabalhos em todo o Brasil. SERETE atua na Indústria Pesada e Leve: Cimento, Química e Petroquímica, Farmacêutica e Alimentícia. Atua na infra-estrutura: Saneamento e Hidráulica, Energia,

Transportes e Telecomunicações. SERETE opera ainda em desenvolvimento agrícola, planejamento setorial, regional e urbano. SERETE: "Know-how" e coordenação.

 **serete**

Matriz: Rua Alta, 355 - Tel. 241-1100
Telex SPO 011.635 - CP 20.804 - São Paulo.
Filial: Av. Henrique Valadares, 150/156
Tels. 252-1912 / 252-1361 - Rio de Janeiro.
Escritórios regionais em todo o Brasil.

A expansão urbana e a implantação de uma economia têm por finalidade a melhoria dos padrões da vida humana. Tendo consciência dos problemas, inclusive ecológicos,

gerados por um processo geral de desenvolvimento, a SERETE aprimora continuamente seus setores de saneamento básico e de controle de poluição.



O auditório lotado para ouvir as novidades no campo das ciências sociais

de História do Birkebeck College, Universidade de Londres, ele é um magro, quase descarnado apreciador da cerveja e do jazz, artigos de farto consumo nos pubs londrinos. Sobre jazz, Hobsbawn assinava há alguns anos uma coluna no *New Statesman* sob o pseudônimo de Francis Newton (uma mistura de Francis Bacon e Isaac Newton que, fosse ele um professor menos respeitado, poderia denunciar sintomas de megalomania intelectual). Em Campinas, ele revelou com ácido humor as suas preocupações quanto à possibilidade de se realizar num auditório aberto brasileiro uma conferência como a da semana passada, que de resto era para um público de iniciados.

Ao passar diante do toldo do circo Giglio, montado no centro da cidade,

comentou: "Era aqui que nós devíamos estar". Assustara-se, talvez, com os recordes de audiência alcançados por sua exposição, terça-feira, lotando o auditório de 250 lugares e espalhando assistentes pelas escadas.

Um moderado — O amável cientista político Juan Linz, ao contrário, "não reclamou de nada". Mas, se esse comentário, vindo do professor Paulo Sérgio Pinheiro, do mestrado de Política da Universidade de Campinas, revela o alívio de quem teve a responsabilidade de organizar o encontro, nos meios universitários americanos Linz começa a receber conotações menos elogiosas. Estranha-se a absoluta frieza com que ele analisa, em exercícios de uma lógica brilhante e impecável, os regimes auto-

ritários — conceito de sua criação e especialidade.

Juan José Luiz Storch García, 49 anos, é filho de alemão e espanhola, alta funcionária do partido falangista. Em Madri começou a juntar a notável coleção de títulos, diplomas, informações e cursos que arrancaram de Paulo Sérgio Pinheiro a exclamação admirada: "No campo das ciências sociais, ele conhece tudo". Ciências políticas e direito na Espanha, sociologia pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. De volta à Espanha para estudar a estrutura social e política do país, em 1958 e 1965, com bolsa da Fundação Guggenheim.

Desde então, começou na Universidade de Yale a dissecar a natureza dos regimes fortes. Há quem discuta — de fato, discutiu-se muito, em Campinas, num politiquês impenetrável escolhido pelos debatedores encarregados de julgar sua conferência — o rigor e a operacionalidade de seu conceito de "autoritarismo", uma categoria extremamente flexível que ele situa entre as democracias e os totalitarismos. Mas seus alunos o consideram um "pensador seminal", ou seja, que os estimula a pensar. Kenneth Ericson, um dos convidados à conferência para participar quarta-feira de um debate fechado sobre "movimentos operários", estudou com Linz em Colúmbia e lembra: "Naquele tempo, entre 1964 e 1966, ele ainda era solteiro e vivia mais com os alunos do que com os professores. Todos os dias, almoçávamos juntos, trocando idéias informalmente. Em torno dele se juntaram muitos alunos que hoje são grandes pesquisadores das ciências sociais". Por exemplo, Alfred Stepan, autor de um metucioso levantamento sobre os quadros militares brasileiros — obra que envelhece sem ter chegado à língua portuguesa.

Sempre inédito — Contra esse isolamento cultural das livrarias e centros universitários brasileiros, de resto, a conferência da semana passada tentou uma abertura, trazendo na bagagem dos expositores estrangeiros não teses especializadas em problemas do país mas as novidades internacionais no campo das ciências sociais. E, muitas vezes, o próprio encontro mostrou a constrangedora distância que separa a cultura contemporânea e as estantes brasileiras. As obras mais importantes da maior parte dos expositores estrangeiros não têm edição em português. É o caso de todos os trabalhos de Linz — inclusive seu artigo "O futuro de uma situação autoritária ou a institucionalização de um regime autoritário", talvez a peça política de maior lucidez já escrita a respeito do Brasil da Revolução de 1964, e parcialmente publicada por VEJA, n.º 274, em 5 de dezembro de 1973. E Linz é

tido como um dos mais produtivos autores americanos, ao menos entre os autores que merecem leitura.

Quinta-feira, esse atraso chegou a arrancar risos do auditório. Rudolph Bell, da Universidade Rutgers, acabava de expor sua devastadora análise do livro "Time on the Cross", de Robert Fogel e Stanley Engerman, sobre o sistema da escravidão negra nos Estados Unidos, quando o professor Fernando Novais, da USP, comentou: "Começamos o debate do livro no momento em que, lá, as críticas a 'Time on the Cross' já ultrapassaram em quantidade e qualidade o trabalho de Fogel e Engerman. Em oito anos, esse livro ainda mal chegou cá embaixo. Estamos aqui matando um defunto".

Muito diferente — Só esse jejum cultural bastaria para justificar a vinda de Hobsbawn, Linz e Bell ao Brasil. Assim como explica a seriedade monástica com que professores e estudantes trataram num seminário, sete horas por dia, de assuntos sisadamente acadêmicos. "Foi um dos mais brilhantes de que já participei", afirmou Fernando Novais. E, com inegável experiência no ramo, Lavinia Martins, recepcionista encarregada de distribuir os fones individuais de tradução simultânea, julgava os participantes à luz dos debates de corredores: "Muito diferentes desses congressos onde o pessoal vem para saber quem casou com quem, quem separou de quem, quem está de carro novo. Aqui, durante esses dias, eu só ouvi uma pessoa falando de outro assunto que ciência social: assim mesmo porque seu cachorro estava criando problemas numa porta do terraço".

A diversão, portanto, era pouca. O que não impediu que 240 pessoas, entre professores universitários e estudantes de pós-graduação se inscrevessem para as conferências, sem contar o público bissexto que aparecia para assistir às atra-

ções principais. Houve mesmo quem viajasse de longe para Campinas: 29 pessoas do Estado do Rio, catorze de Minas Gerais, quatro do Rio Grande do Sul e de Brasília, três do Paraná. Ao longo da semana, apareceram até mesmo celebridades universitárias, como o historiador Caio Prado Júnior e a economista Maria Conceição Tavares. Infalível foi a presença do silencioso, discreto Warren Dean, um *brazilianist* da Universidade de Nova York, autor de tese sobre a "Industrialização de São Paulo" e que agora realiza pesquisas na cidade de Assis, no interior do Estado.

"Já sei tudo" — Mas era um grande acontecimento apenas para um grupo isolado. Os três jornais de Campinas, no meio da semana, já ignoravam inteiramente o encontro e as idéias que ele fermentava. E, em Brasília, todos os parlamentares de plantão no Congresso, durante a semana quebrada por feriado, mantinham olímpica indiferença pela conferência. Entre eles, procurados por VEJA, os líderes do Senado Petrônio Portella e Franco Montoro, os senadores Jarbas Passarinho, Rui Santos, José Lindoso e Saturnino Braga, os deputados Alencar Furtado, Laerte Vieira, Cântido Sampaio e Fernando Lira. Em seus casos, havia apenas desinteresse. Mas o líder do governo na Câmara, deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, argumentava, com desconhecimento das teses, mas com a autoridade de quem se diplomou pela universidade municipal de política aplicada de Barbacena, Minas Gerais: "Só lerei as conferências como entretenimento, pois jamais modificarão meus pontos de vista. Sei tudo sobre política no Brasil e aprendi isso em quarenta anos de prática".

É possível que ele saiba realmente tudo o que precisa para as escaramuças de plenário e palanque. Nem estava entre os objetivos do seminário mexer nas idéias de José Bonifácio ou de qualquer

político — que, aliás, sequer foram convidados, contrariando um hábito implantado no país pela Universidade Cândido Mendes. Por isso, a resistência do deputado talvez revele a profunda desconfiança que os sacerdotes da política oficial adotaram, desde 1964, em relação ao trabalho dos cientistas sociais.

Dogma de fé — Foi essa a área da universidade brasileira que mais sofreu expedições punitivas e expurgos revolucionários, pois ali as fronteiras estreitas entre o livre debate e o proselitismo político estimulam suspeitas permanentes de contrabando ideológico. E isso, depois de onze anos quase sem tréguas, não chega a desenvolver num ortodoxo da Aliança Renovadora, como o deputado José Bonifácio, o entusiasmo pelos estudos políticos acadêmicos.

O resultado é que, descartando dos métodos, estatísticas, pesquisas, noções e lógica, usados pelos especialistas teóricos para guiar o raciocínio, as idéias políticas no Brasil giram há muitos anos num monótono círculo vicioso. Exemplo: a distensão. Vai para um ano e meio que ela foi entregue pelo presidente Ernesto Geisel, recém-empossado, à imaginação criadora. Ao contrário, virou dogma de fé. Os renovadores a adotaram em seu catecismo, os moderados da oposição esperam alegremente que ela surja revelada nas tábuas da lei, os radicais desconfiam. Transformou-se numa palavra capaz de abrir e fechar discursos. Mas incapaz de abrir idéias.

O que é distensão, ninguém se preocupou em saber. Por isso se recomenda, a renovadores e emedebistas, uma leitura atenta da tese que Juan Linz trouxe a Campinas. Primeiro, porque Linz é um moderado acima de qualquer suspeita. Tanto que, nos meios universitários dos Estados Unidos, a sua conversão em oráculo do generalíssimo Franco para ensinar distensão ao governo espanhol ameaça mesmo desgastar seu prestígio puramente intelectual. Depois, porque Linz, mesmo se a operacionalidade de seus conceitos ainda intriga os partidários do rigor científico, indiscutivelmente traduziu o politiquês para uma linguagem acessível ao menos universitário dos mortais.

Liberalizar ou democratizar — Linz desenvolveu uma tipologia dos regimes totalitários, basicamente caracterizados pelo monocentrismo político e pela organização de um partido único em que as forças preexistentes a seu estabelecimento não têm qualquer influência, e dos regimes autoritários, que permitem a sobrevivência dessas forças, desde que elas se submetam a não participar diretamente da tomada de decisões. Falta também aos regimes autoritários a base de uma ideologia elaborada e coerente que, no totalitarismo, através da propa-

Os conferencistas de Campinas: contra um atraso de muitos anos



SERGIO SADE

ganda e do doutrinamento, serve à mobilização das massas. Mas nos sistemas autoritários, onde em lugar da ideologia há apenas o que Linz designou por "mentalidade dominante", o pluralismo subsiste. E é característica que permite aos regimes autoritários se afastarem ou se aproximarem da democracia. Na medida em que se concede às forças marginalizadas maior liberdade de expressão, o regime se liberaliza. Na medida em que elas recebem maior possibilidade de participação, o regime se democratiza. Impossível, segundo Linz, é liberalizar e democratizar ao mesmo tempo.

Este teorema, aplicado à distensão, pode explicar a tábua de marés do programa político do governo Geisel: ele iniciou, no ano passado, um processo liberalizante que, ao atingir as eleições de novembro, com a ascensão de forças oposicionistas antes marginalizadas, acionou engrenagens da democratização. Neste ponto, a distensão estacionou.

Situação especial — Quais seriam, agora, as saídas? Para responder, Juan Linz, prudente, primeiro afirma que é "um ignorante em matéria de Brasil". Em verdade, se as suas três passagens pelo país não passam de doze dias de permanência, ele tem à disposição na Universidade de Yale uma das maiores bibliotecas do mundo especializadas em assuntos brasileiros. E, na primavera de 1971, participou numa pequena cidade da costa leste dos Estados Unidos de uma conferência de *brazilianists* de que resultou seu artigo sobre os governos revolucionários.

Linz é cuidadoso também com as palavras. Por exemplo, ao falar dos perigos de a distensão enfrentaria com uma devassa no passado "dos senhores que fizeram certas coisinhas". Nessas condições, responde: "A situação do Brasil é especial porque subsistem aspectos formais da democracia, juntamente com instituições tipicamente autoritárias. Por isso, aqui a democratização e a liberalização têm, forçosamente, de caminhar juntas. O que é mais delicado". Então, não há esperanças para a distensão? "Quando se inicia o processo de liberalização", Linz continua, "é muito difícil estancá-lo, a não ser por um retrocesso violento. Mesmo assim, por pouco tempo. Ele tem uma força própria. Mais provável é que o processo caminhe através de avanços e recuos, mas sempre avançando mais do que recuando". E o que regula a distensão? Linz explica: "Isso depende não só da vontade do governo mas também dos compromissos com esse jogo de uma oposição leal, para que o governo mantenha o controle do processo. Eu acho também que um terceiro partido é muito importante, porque a democratização exige que os partidos tenham um mínimo de participação no governo. Isso fica



SERGIO SADE

Na frente, Meyer, O'Donnell e Linz. Atrás, Hobsbawm, Bell, Jong e Ericson

difícil com apenas dois partidos: sempre que mudar a maioria, o partido derrotado tem que sair da situação completamente".

Importante para Linz é que a liberalização tem um momento, um *timing*. Ultrapassado, desaparece a variedade de forças sociais que permitem a democratização. Ele conta: "Estou chegando de Portugal, onde me impressionou como os regimes autoritários deixam um grande vazio sob eles em que só podem sobreviver as ideologias altamente rígidas. Por causa disso é que hoje se torna fundamental flexibilizar o sistema no Brasil, fazendo com que os diferentes grupos de opinião possam se manifestar através dos partidos".

Mesmo caminho? — Não bastasse o interesse meramente intelectual para justificar a atenção dos políticos sobre essas idéias, pode-se dar outro motivo. Sábado passado, Linz embalou seus papéis, os ternos de lã e a coleção de gravatas estreitas, e embarcou para Brasília. Ali, não é improvável que tenha percorrido caminhos semelhantes aos do politólogo de Harvard, Samuel Huntington. Há três anos, Huntington, um teórico do sistema de partido único, foi apanhado no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, pelo professor Antônio Cândido Mendes de Almeida e levado quase em segredo para o Palácio do Planalto, a abastecer de idéias o ministro João Leitão de Abreu, então chefe da Casa Civil.

Não importa quais fossem as intenções desse encontro, os políticos correram o risco de jamais entender seus resultados.

Os professores trazidos agora pela Universidade de Campinas, ao contrário de Huntington, não vieram presentear com fórmulas o governo, mas proporcionar às ciências sociais um contato vivificante com teorias mais avançadas e novidades nunca vertidas para o português.

Rudolph Bell, ao falar sobre a escravidão, ressaltou involuntariamente o atraso cultural brasileiro. E Kenneth Ericson, cuja palestra sobre movimentos operários precisou ser fechada a um grupo exclusivamente de professores, destacou sem saber um fato ainda mais preocupante: as ciências sociais, à força de serem confundidas com ação política, correm o risco de se transformar no país em atividade clandestina.

Pelos mesmos motivos, todo o grupo de professores estrangeiros — e nisso se incluem o argentino Guillermo O'Donnell, Rudolf de Jong, do Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã, e Arno Meyer, de Princeton University — falavam uma língua mais clara do que o obscuro dialeto da maioria dos comentaristas brasileiros. A ponto de Meyer, quinta-feira, retirar-se do plenário protestando contra o serviço de tradução instantânea oferecido pela organização da conferência, na verdade excelente, sem saber que seria demais exigir dos tradutores simplificarem em outros idiomas um diálogo às vezes incompreensível em português.

Como na França — Sem ignorar essas dificuldades, muitos conferencistas hesitaram antes de aceitar o convite da Universidade de Campinas. Afinal, eles não vinham atraídos pelos 500 dólares de

honorários, mas pela possibilidade de um debate estimulante. Tanto que, quando na quarta-feira o programa previa uma tarde livre, sua viagem a São Paulo não teve caráter turístico: quiseram ir ao Centro Brasileiro de Pesquisas conversar com sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores brasileiros.

Hobsbawn, que ao comentar candidamente durante a conferência ser "um historiador marxista" alarmou o auditório, acabou por levar tão a sério os problemas de seus colegas brasileiros a ponto de aconselhar aos debatedores evitar referências muito explícitas à realidade nacional. E O'Donnell, após apresentar segunda-feira suas divergências da tese de Linz, empregou o resto da semana a fugir de jornalistas. Tudo isso levou Arno Meyer a conclusões pessoais sobre a distensão: "É como na França napoleônica — a *Intelligentsia* pode fazer o que quiser desde que não saia dos salões".

E não estava sendo precipitado, pois num breve discurso de encerramento, sexta-feira, o professor José Honório Rodrigues saudaria essa conferência, realizada com tantas minúcias para não transbordar dos limites permitidos: "Isso já é a distensão".

Pode ter sido. Mas um país onde a ciência social passou a ser um exercício de esconder idéias em linguagem cifrada ou relegá-las às línguas estrangeiras, sem dúvida, tem muito o que distender.

Depois de onze anos de silêncio, essa conferência foi a primeira tentativa significativa para recuperar o tempo perdido pelas universidades brasileiras. "Além dos resultados propriamente intelectuais", dizia a apresentação do seminário, "essa iniciativa contribuirá para consolidar o apoio que esperamos para a concretização de um programa inovador de ensino e pesquisa em pós-graduação nas ciências sociais, sem barreiras disciplinares artificiais." E não deixa de ser sintomático que essa tentativa esteja acontecendo num centro mais afastado, como Campinas. Tanto que a Universidade de Brasília tentou há poucas semanas promover um encontro semelhante e desistiu diante de dificuldades com serviços de informação. E, há um ano, a própria Universidade de Campinas cercou do mais completo segredo um seminário sobre "progresso técnico".

Assim, dependendo da tolerância do governo, Campinas pode ser o primeiro sinal de ressurreição dos estudos sociais no Brasil ou a última fronteira dessa migração cultural para o interior. A menos que se pense em criar na Amazônia um grande parque nacional para índios, antropólogos, sociólogos, politicólogos e historiadores.

Ali poderiam discutir à vontade. Desde que em tupi-guarani.

A Unicamp e sua cidade

Uma exceção dentro do mundo universitário e o centro cultural que a abriga

Ao final deste ano, 370 milhões de cruzeiros terão espalhados seus efeitos pelos bucólicos domínios da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essas dotações anuais, nascidas da proveitosa conjunção de verbas do governo paulista e dividendos dos convênios colecionados pela entidade, possuem, para os acanhados padrões tropicais, dimensões astronômicas. E, sob diversos aspectos, acabaram transformando a Unicamp numa estimulante exceção no dramático cenário da universidade brasileira. Quase 80 milhões de cruzeiros de equipamentos pontilham os 193 hectares do campus. E conhecidos professores, vindos tanto do mercado internacional como do rarefeito estoque de catedráticos patrícos, têm freqüentemente aportado em Campinas, seduzidos por ordenados mensais de até 22 000 cruzeiros — o dobro do que recebem os mais bem pagos na USP.

Compreensivelmente, a Unicamp pode ostentar requintes inacessíveis a suas remediadas irmãs. Dos 900 professores, cerca de 85% trabalham em regime de dedicação exclusiva. O portentoso edifício do Hospital das Clínicas deverá estar funcionando dentro de trinta meses. E os 23 000 volumes da valiosa Brasileira compilada pelo intelectual Paulo Duarte ao longo de cinquenta anos de pesquisas e andanças agora repousam na gorda biblioteca universitária.

Da mesma forma, só a próspera Unicamp poderia atrever-se à promoção de congressos tão caros como o da semana passada, que certamente causaria rombos irremediáveis para a maioria dos cofres acadêmicos. De 25 a 30 de julho, por exemplo, a 3.^a Conferência Internacional de Espalhamento de Luz nos Sólidos vai aglomerar em Campinas dezenas de físicos nacionais e duzentos cientistas estrangeiros, entre os quais pontificam quatro detentores de prêmios Nobel. E todos serão amparados pela sólida tesouraria da instituição.

Câncer sob controle — Assim, protegida das chuvas e trovoadas que tradicionalmente assolam a economia universitária, a Unicamp vem consolidando com razoável desenvoltura sua intenção de invadir as fronteiras urbanas de Campinas. Em um ano, 40 000 mulheres da cidade foram examinadas por pesquisadores acadêmicos devotados à prevenção do câncer uterino — e eles prometem que, até 1977, a moléstia estará inteiramente controlada.

Na semana passada, o *Diário Oficial* da Prefeitura anunciou a celebração de outro frutífero convênio com a Unicamp. Numa primeira etapa, sessenta professores da rede pré-escolar municipal serão adestrados na Faculdade de Educação, assimilando até o final do ano as mais ousadas inovações em técnicas de ensi-



Universidade de Campinas: em consolidação e já a melhor do país